

## **A CIDADE E O CÁRCERE: PRIVAÇÃO DE TEMPO E ESPAÇO EM FRANCO DA ROCHA, SP**

Bruno Pinheiro Natale  
b.pnatale@gmail.com

**RESUMO:** Mesmo com a crise da urbanização no final do século XX e início do XXI a metrópole continua sendo um conceito permeado por dois critérios fundamentais: primeiro, sua formação e composição mantêm-se em constante movimento, possibilitando diversos sentidos e significados; segundo, por mais abertos que esses sentidos e significados possam ser o capitalismo continua sendo um determinante que forma e atualiza a metrópole. A metrópole de São Paulo no século XXI é formada por 39 municípios, dentre eles está presente a cidade de Franco da Rocha. Localizada na zona noroeste da metrópole, na última década Franco da Rocha passou a abrigar nove estabelecimentos penais. O objetivo desse trabalho é expor a necessidade que a metrópole de São Paulo possui em manter cidades no seu entorno que sejam especialistas em aprisionar a população negra, pobre e trabalhadora.

Palavras-chave: prisão, urbanização crítica, metrópole.

GT – 9: A produção do urbano: abordagens e métodos de análise.

## **1. Introdução**

O propósito deste trabalho é compreender a formação da cidade de Franco da Rocha, município que faz parte da metrópole de São Paulo, a partir da sua urbanização e construção de diversos presídios ao longo do século XX. A hipótese da pesquisa é de que a cidade de Franco da Rocha cumpre o papel de aprisionar pessoas pobres e negras, constituindo-se assim o que podemos chamar de metropolização dos presídios em São Paulo. Ao longo do século XX e principalmente nos anos 2000 o município de Franco da Rocha recebeu nove instituições de aprisionamento, entre Penitenciárias, Centros de Detenções, Hospitais de Custódia e unidades de internação da Fundação CASA, a cidade possui atualmente quase 10 mil pessoas em cárcere e outros 149.502 habitantes em seu município. Esta pesquisa busca, através dos conceitos de produção do espaço e urbanização crítica, compreender a metrópole de São Paulo nas últimas décadas estabelecendo uma relação entre a metrópole propriamente dita e a cidade de Franco da Rocha.

Há três anos desenvolvo projetos de ensino e cultura em um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico em Franco da Rocha, o HCTP. Esse projeto é realizado junto com um coletivo que atua também em outros presídios na metrópole de São Paulo. A inscrição desse trabalho é motivada pela necessidade que sinto em expor essa experiência de atuação e militância.

## **2. A metrópole de São Paulo e a cidade de Franco da Rocha**

### **2.1 A cidade de Franco da Rocha na metrópole de São Paulo.**

Na Revolução Urbana, Henri Lefebvre oferece uma forma de compreender o fenômeno urbano procurando seu campo cego. Mais do que algo que se esconde ou algo que não se mostra num primeiro lance ao pensamento, o campo cego é aquilo que não podemos ver por não termos o olhar direcionado para as relações que compõe o que não nos salta à percepção. De acordo com Lefebvre (1999, p. 36) “Os campos cegos instalam-se na re-presentação”, não há espaços, cidades que se apresentem sem sua representação, e mais do que representar, elas sabotam e tomam o lugar do que buscamos compreender. Para, além disso, ainda há certa determinação histórica do sujeito enquanto pesquisador, no meu caso uma dupla situação: não sou nem morador de Franco da Rocha, nem fui presidiário. O campo cego não carece de iluminação, mas de um refletir sobre.

Campos cegos? Não se trata de uma imagem literária, nem de uma metáfora, apesar do paradoxo da união entre um termo subjetivo, “cego”, e um termo objetivo, o “campo” (o qual, ademais, só se imagina iluminado). Trata-se de uma noção que se encontra e se reencontra por vários caminhos, que emerge ao mesmo tempo filosófica e cientificamente, isto é, na análise, dita filosófica e no conhecimento. Não se trata mais da distinção trivial entre o que fica na sombra e o que é iluminado, mesmo se acrescentarmos que a “iluminação” intelectual tem limites, afasta ou menospreza isto ou aquilo, projeta-se aqui e não ali, põe aquilo entre parênteses e isto em evidência. E isso não é tudo: há o que não se sabe e o que não se pode elucidar (LEFEBVRE, 1999, Pag. 37<sup>1</sup>).

Sobre a metrópole de São Paulo estamos falando de trinta e oito municípios e quando conhecemos alguns deles entendemos que algo soa diferente nessas tantas cidades da metrópole. Um ritmo diferente. Não uma dissonância completa com a metrópole, mas tão pouco o mesmo ritmo. Cada uma dessas cidades explica um pouco sobre a metrópole, mas também esconde outro tanto sobre si mesma. Franco da Rocha é uma dessas tantas cidades.

O acesso à cidade para quem parte de São Paulo é possível por trem, dois ou mais ônibus – dependendo de que lugar da capital você está partindo – e através de duas rodovias que chegam à cidade em lados opostos. Uma delas através do Rodoanel (rodovia ainda em construção que tem como objetivo circundar algumas cidades da metrópole) passando por Caieiras e chegando direto no centro de Franco; a outra pela zona norte de São Paulo, caminho que margeia o horto florestal, cruza o bairro da Pedra Branca e segue num trecho pela Estrada Santa Inês, cruzando parte da Serra da Mantiqueira. Esse segundo caminho ainda atravessa um bairro de Mairiporã e chega em Franco da Rocha pela Estrada do Governo, acessada após a represa Paulo de Paiva Neto, do Rio Juqueri. Nessa parte passamos pela Escola Superior dos Bombeiros à direita e do outro lado da pista o CDP Feminino de Franco da Rocha, a penitenciária III de Franco da Rocha e a Fundação CASA Franco da Rocha. Chegamos pelo bairro Pretória, depois Vila Machado, Vila Ramos e já estamos próximos do centro. Todo caminho feito pela várzea do Rio Juqueri, com leves inclinações para o caminhante e um viaduto para os veículos motorizados,

---

<sup>1</sup> LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

característica ausente em grande parte da cidade, que é constituída por morros e ladeiras bastante íngremes.

Pelo trem é necessário atravessar parte da linha sete Rubi que liga em seu começo ou fim as estações Jundiaí – Luz. Franco da Rocha é a décima primeira estação partindo da Luz.

Franco da Rocha é uma cidade bem comum para aqueles que estão acostumados a transitar pela região metropolitana de São Paulo. Um centro movimentado por serviços e comércio ao longo do dia e frequentado por poucas pessoas que cortam as ruas iluminadas por postes públicos ou bares e lanchonetes. A madrugada é de quem mora lá, não minha.

O movimento para chegar até a cidade de Franco da Rocha foi duplo e ainda está em construção. No início de 2017 comecei a frequentar a cidade indo até o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Conheci Franco através dos presídios. Um determinado olhar circunscrito pelas possibilidades da militância, pelas possibilidades das relações estabelecidas dentro do hospital de custódia, que na maioria das vezes, eram com pessoas de outros lugares do Brasil. Foi essa vivência permitida pelo coletivo que me aproximou do HCTP, foi aí que os holofotes alumbraram para a tal cidade.

Franco da Rocha não é somente presídios. Os presídios fazem parte da cidade em diversos aspectos, dos quais vou me referir a dois: o trabalho e os funcionários da Secretária de Administração Penitenciária (SAP), e o cotidiano da cidade de Franco.

A quantidade de funcionários e servidores públicos que vivem na cidade – tanto moradores quanto forasteiros – são os primeiros que gostaria de comentar. Os funcionários da SAP, sejam eles ASP (Agente de Segurança Penitenciária) ou não, mudam a dinâmica econômica da cidade e inserem uma figura que não é exatamente um policial, mas alguém que também representa o controle e a segurança, enfim, o Estado. É bem verdade que o ASP carrega mais a figura de um servidor público do que a de um policial armado que anda as noites de forma ostensiva, no outro lado da ponta o ASP é aquele que lida diretamente com uma das contradições próprias da sociedade capitalista, com o resultado da ostensiva e seletiva ação da polícia militar e civil. Ele também é um vaso comunicante<sup>2</sup>, um sujeito que entra e sai do presídio, objeto de diversos livros, filmes, documentários<sup>3</sup>, planos de fuga, entrada e saída de mercadorias mais variadas, ao mesmo tempo, em algumas instâncias e situações, também são tratados como

---

<sup>2</sup> Fluxos em Cadeira, A prisão na virada dos tempos. Rafael Godoi.

<sup>3</sup> A bibliografia sobre o carcereiro é extensa. Vai de livros como: “Carcereiros” de Drauzio Varella. Capítulos dedicados nas obras de Foucault; Trechos no já citado Fluxos em Cadeira, de Rafael Godoi.

policiais<sup>4</sup>. No cotidiano da cidade é, em primeira instância, um potencial consumidor acima da média em Franco (até mesmo no Brasil), mas nesse cotidiano também constitui laços, quando vêm de longe, estabelecem moradia devido ao trabalho, frequentam determinados lugares onde, na maioria das vezes, encontram outros colegas de funcionalismo. A sua presença na cidade é marcada como alguém que tem contato direto com o presídio, a sua presença no presídio é marcada como alguém que tem contato direto com a rua.

Para alguém desavisado que chega por qualquer um dos caminhos acima e não for atento suficiente a poucas placas de indicação, Franco da Rocha não deveria passar de uma cidade da metrópole, daquelas que se desenvolvem ao longo da estação de trem e cortam com asfaltos os morros abruptos ao redor de um rio. Alguns já avisados conhecem a fama, a história e a existência do Hospital do Juqueri, antigo manicômio do Juqueri. Independente do nível de conhecimento da região não é possível resumir Franco à existência de presídios. Os presídios são certamente alvo de discussões, de negócios imobiliários, de uma circulação própria de mercadorias e pessoas, até mesmo da constituição de bairros, de uma dinâmica de ida e vinda de familiares para as visitas, reproduzem, internamente e externamente, elementos concentrados da sociedade, produzem uma *heterotopia*<sup>5</sup>. Pouco isso pode dizer sobre o cotidiano. À noite podemos ver a luz do CPP de Regime Semiaberto de Franco, este que é o mais próximo do centro, a bem dizer, o único na região urbana da cidade. É somente o rio Juqueri, numa passagem apertada próxima ao bairro de Pouso Alegre, que separa o CPP de um bar de reunião de funcionários da SAP.

Um determinado espaço que não está fora da cidade, ao contrário, faz tanto parte que a cerca. Um lugar que produz sua própria história, mas tampouco corre só. Um lugar que reproduz as relações sociais de produção com uma porção de características semelhantes ao nosso cotidiano, mas sem o sê-lo nos seus mais claros e obscuros critérios. Um próprio som, às vezes o silêncio, às vezes o falatório frenético, os gritos de aviso, os barulhos dos portões e até mesmo o

---

<sup>4</sup> Lei Complementar nº 207, de 05 de janeiro de 1979, estabelece o Regime Especial de Trabalho Policial para os Agentes Penitenciários.

<sup>5</sup> “Entretanto, ao lado do “lugar mesmo”, há o lugar outro, ou o outro lugar. O que o torna outro? Uma diferença que o caracteriza, situando-o (situando-se) em relação ao lugar inicialmente considerado. Trata-se da heterotopia. Desde que se considere os ocupantes dos lugares, a diferença pode ir até o contraste fortemente caracterizado, e mesmo até o conflito.” A Revolução Urbana, Henri Lefebvre, 1999.

“(…) tem a curiosa propriedade de estarem em relação com todos os outros lugares, mas de tal modo que eles suspendem, neutralizam, ou invertem o conjunto de relações que eles designam, espelham ou refletem. Estes espaços que estão ligados com todos os outros e que entretanto contradizem todos os outros”. De outros Espaços, Michel Foucault, 1967, publicado em 1984.

som do detector de metais. Um ritmo que junto com outros constitui a cidade de Franco da Rocha. Os presídios se constituem em Franco através de um campo cego<sup>6</sup>, entretanto, o que salta para os olhos, ouvidos e corpos de quem os procura, são os ritmos.

A minha chegada em Franco foi como um desavisado. Com um coletivo realizamos um projeto de ensino, cultura e arte no HCTP de Franco da Rocha que completa agora, em 2019, quatro anos. Quando fui pela primeira vez à cidade não imaginava como o sistema prisional havia se expandido por lá. Conhecia algumas poucas histórias do Hospital do Juqueri, mas nada que fizesse os holofotes iluminarem a região para essa pesquisa. Aos poucos conheci o HCTP e os outros presídios que cercam a cidade. Cheguei em Franco em primeiro lugar pela militância e passei três anos indo somente ao HCTP, sem conhecer a cidade. Nesse último ano fui diversas vezes a Franco, conheci moradores, conversei com funcionários em ocasiões das mais diversas. Esse último ano, de idas a Franco não somente para o HCTP, foi fundamental para a conclusão da pesquisa.

## **2.2 Rio do espinho que dorme: Franco da Rocha na metrópole**

A tentativa de remontar alguns aspectos históricos da cidade foi baseada no trabalho de Iná Rosa, em algumas entrevistas com moradores, ex-moradores e na conversa com José Parada Manga, historiador residente em Franco da Rocha. O que se compreende, ao longo da existência de Franco, está além de um conjunto de histórias paralelas. A relação com a capital paulista, com o país e, principalmente, com a sociedade capitalista é evidente, nos impulsiona a uma questão de método, a relação dialética entre o particular e a totalidade. A crise da cidade, zona crítica urbana (LEFEBVRE, 1999), e suas formas de representação encontram, nessa cidade, alguns elementos específicos da nossa época.

Passemos para um dos problemas centrais da pesquisa: o da crise da cidade capitalista, que abre a expansão do modo de vida urbano e, portanto, cria uma forma de reiterar as categorias capitalistas de crise e exploração, configurando assim o que chamamos de urbanização crítica (DAMIANI, 2008). É justamente a exploração capitalista da mais valia que leva ao investimento constante no desenvolvimento das forças produtivas, e, portanto, numa crise estrutural de emprego, que entendida enquanto conceito de trabalho abstrato, criador de valor, leva à crise do

---

<sup>6</sup> “O cegante (os conhecimentos que se adotam dogmaticamente) e o cegado (o desconhecido) são complementares na cegueira”. LEFEBVRE, 1999, P. 36.

próprio trabalho. Convém elaborar um caminho histórico e geográfico desse processo na cidade de Franco da Rocha.

De acordo com José Parada Manga o território hoje ocupado por Franco da Rocha aparece em carta de sesmarias de 1627 com o nome de Campos do Juquery, sendo concedida ao Sr. Amador Bueno da Ribeira. Embora essa carta exista, o território dos Campos do Juquery serve como passagem de tropeiros, bandeirantes e moradia de comunidades indígenas. Era uma parada de descanso para os tropeiros e bandeirantes que iam ao sentido de Minas Gerais, daí também ficou conhecido como Parada do Feijão. O nome Juquery foi dado ao local devido à abundância de uma mimosácea espinhosa que crescia nas margens do rio Juquery – denominação da língua tupi *yu-querê-y*, “rio do espinho que dorme” - que os antigos moradores da região chamavam de espinho que cura, pois “realmente faz dormir e despertar energias da mente daqueles que querem aprender e trabalhar”. O rio Juquery nasce na cidade de Nazaré Paulista, percorre 50 km até chegar em Franco da Rocha e depois ainda segue mais 40 km para desaguar na margem direita do rio Tietê, na cidade de Pirapora de Bom Jesus. O mesmo nome do rio, mas com uma grafia nova, batizou e categorizou a região como Vila do Juqueri. A vila tornou-se um distrito de São Paulo até se tornar um distrito de Guarulhos e depois, em 1889, um município autônomo. Mais tarde o município do Juqueri é que vai dar origem a Mairiporã e Franco da Rocha.

Em 1948 o município de Juqueri passa a se chamar Mairiporã, denominação que se mantém até hoje, porém, quatro anos antes (1944), o distrito de Franco da Rocha, que já possuía igreja, casa de câmara, delegacia e cadeia próprias, torna-se uma cidade autônoma. O nome Franco da Rocha foi assumido a partir de 1934, ainda como distrito da cidade de Juqueri, em homenagem a Francisco Franco da Rocha elaborador do projeto e primeiro diretor do Hospital Psiquiátrico do Juqueri, a partir de sua inauguração em 1898.

No começo do século XIX, surgem as primeiras escrituras de terra, até que por volta dos anos 1860 (não encontrei documentos e o José Parada não lembra a data exata), grande parte do território foi comprado pelo Barão de Mauá e, em 14 de Julho de 1866, vendida para a estrada de ferro São Paulo Railway (SPR).

Em 1886, o italiano Filoteo Beneducci tentou encontrar ouro na antiga Pedreira, hoje Parque Pretória, região leste de Franco da Rocha. Como o ouro encontrado não cobria as despesas passou a extrair brita e paralelepípedos para construção e pavimentação da cidade de

São Paulo. A parada de trem Juquery, atual Estação Franco da Rocha, foi construída em 1888 e inicialmente utilizada para o transporte dessa brita.

O local que hoje é ocupado pela cidade permaneceu como uma área de grandes propriedades e fazendas movidas a carros de boi até a segunda metade do século XIX. É devido à construção da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (EFSJ), da São Paulo Railway, em 1867, que o processo de loteamento e venda das terras se inicia. Como sabemos, contar a história e formação de um município não significa constituir um historicismo das cidades, mas sim um desenvolvimento histórico e lógico do modo de produção capitalista. As relações com a Revolução Industrial inglesa e a construção de linhas férreas, através de capital inglês, se expandiram por todo o mundo. Nesse caminho vemos Franco da Rocha relacionada ao capitalismo mundial, mas também com a cidade de São Paulo. Recebendo linhas férreas de um, fornecendo material de construção para a outra. Talvez aí, na implantação de ferrovias, esteja guardado um dos elementos para a formação não só de Franco da Rocha, mas da própria metrópole de São Paulo.

Embora haja elementos semelhantes nas cidades que receberam a linha férrea Santos-Jundiaí, Franco da Rocha possui uma heterotopia. Um espaço que concentra em si um conjunto de relações sociais às vezes dispersas no cotidiano, mas reunidas num determinado espaço e tempo histórico. Não é esse o espaço no qual ocorrem fenômenos para além da sociedade em que vivemos ou que estariam totalmente deslocados da reprodução social, ao contrário, é justamente nele onde as relações sociais postas em prática pela sociedade capitalista, através do controle dos corpos, do disciplinamento e ensinamento ao trabalho ganham um determinado movimento, são lapidados e passam a compor um ritmo. O Hospital Psiquiátrico de Juquery produz essa heterotopia mesmo antes do município de Franco da Rocha existir.

O Hospital Psiquiátrico do Juquery foi projetado para suprir a demanda do antigo Hospital dos Alienados, localizado na rua Tabatinguera, centro de São Paulo. Não por acaso o diretor desse hospital era Franco da Rocha, que assumiu o cargo em 1893, mas logo iniciou o projeto para construção do hospital em Juquery. Em 1895, as obras para construção do Hospital Psiquiátrico de Juquery são iniciadas e, em 1898, tem sua inauguração para atendimento psiquiátrico da população paulista e, em alguns casos, de todo país. Junto com a ideia de tratar os doentes mentais em áreas arborizadas e bucólicas, também estava presente a necessidade de afastar a loucura, que no final do século XIX já tomava as ruas da cidade de São Paulo.

Quando o hospital psiquiátrico foi inaugurado, a região, na qual hoje está a cidade, era um pequeno povoado ainda inserido no município de Juquery, que depois deu origem a Mairiporã. Antes do hospital, a relação mais direta envolvendo São Paulo e a região foi a extração de brita e paralelepípedos, a partir de 1895 o hospital psiquiátrico é construído para atender uma demanda da cidade de São Paulo. É possível fazer uma relação direta com a internação no hospital, a industrialização em São Paulo no final do século XIX e início do XX, a mendicância, a transformação da população negra, pobre e trabalhadora em criminosos e o consequente adoecimento dessas pessoas. O hospital psiquiátrico junto com a prisão são instrumentos de formação e disciplinamento para o trabalho. Como já mostrou Foucault na *História da Loucura*<sup>7</sup> e Marx no capítulo vinte e quatro de *O Capital*, A assim chamada acumulação primitiva<sup>8</sup>. O hospital de Juquery funciona como uma instituição que disciplina os loucos, os mendigos e os pobres para o trabalho.

É claro que a internação no hospital psiquiátrico carrega consigo uma questão moral que atravessa o discurso da ressocialização, da inclusão e da restituição da razão, todos eles inseridos também nas casas de correção e penitenciárias. Esse último elemento muito comentado por Foucault. A loucura não é o outro lado da razão, mas sim a própria expressão da razão como uma ordem de imposição. Aos poucos a loucura e o crime passam a serem combatidos da mesma maneira: hospício e casas de correção<sup>9</sup>. O hospital dos alienados em São Paulo, ainda no centro, é fundado em 1852, mesmo ano de construção da casa de correção de São Paulo. Os loucos e os criminosos atravessam o século XIX até o início do XX com formas parecidas de tratamento: internação, disciplina, aplicabilidade de um tipo específico de ciência focada na ressocialização. Ao longo do século XX o penitenciarismo aplicará outras formas de punir o crime.

Entre os dois autores, Marx e Foucault, é possível dizer que Foucault inicia a crítica à internação como uma crítica à razão e à loucura, melhor dizendo, como ambas são necessárias e complementares umas às outras. Marx na acumulação primitiva carrega seu argumento de

<sup>7</sup> FOUCAULT, M. *História da Loucura*. Primeira Parte, Capítulo 2 – A Grande Internação. São Paulo, Editora Perspectiva, 1978.

<sup>8</sup> MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Volume 2, Capítulo 24 – A assim chamada acumulação primitiva. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Série “Os Economistas”).

<sup>9</sup> “A loucura só terá hospitalidade doravante entre os muros do hospital, ao lado de todos os pobres. É lá que a encontraremos ainda no final do século XVIII. Com respeito a ela, nasceu uma nova sensibilidade: não mais religiosa, porém moral. Se o louco aparecia de modo familiar na paisagem humana da Idade Média, era como que vindo de um outro mundo. Agora, ele vai destacar-se sobre um fundo formado por um problema de “polícia”, referente à ordem dos indivíduos na cidade. Outrora ele era acolhido porque vinha de outro lugar, agora, será excluído porque vem daqui mesmo, e porque seu lugar é entre os pobres, os miseráveis e os vagabundos”. FOUCAULT, 1978, P. 63.

elementos históricos através das Leis Sanguinárias, punições e workhouses. O trabalho como função produtiva, disciplinar e simbólica (FOUCAULT, 2015), na sociedade moderna, é alvo de crítica em diversas passagens da obra de Foucault. No caso de Marx, o trabalho é a crítica central, como também é substância da sociedade capitalista através da extração da mais valia e revalorização do valor. O primeiro utiliza na maior parte do argumento documentos e casos franceses; o segundo se vale de material inglês. De qualquer maneira, ambos estabelecem uma relação entre punição, trabalho e pobreza.

Ao inverso do que alguns possam imaginar o capitalismo não constrói uma sociedade que é produtora de riquezas, mas sim uma sociedade que produz miséria<sup>10</sup>. Por fim, outro trecho da História da Loucura de Foucault elucida essa relação na Europa.

Em toda a Europa o internamento tem o mesmo sentido, se for considerado pelo menos em suas origens. Constitui uma das respostas dadas pelo século XVII a uma crise econômica que afeta o mundo ocidental em sua totalidade: diminuição dos salários, desemprego, escassez de moeda, devendo-se este conjunto de fatos, muito provavelmente, a uma crise na economia espanhola. Mesmo a Inglaterra, o menos dependente desse sistema em toda a Europa ocidental, vê-se às voltas com os mesmos problemas. FOUCAULT, 1978, P. 66.

Os processos lógico/históricos são semelhantes e correlatos aos da Europa, entretanto não iguais. Ao longo do século XX, o Hospital do Juquery ganha novas formas e técnicas de atuação. O seu fundador e primeiro diretor, Francisco Franco da Rocha, é homenageado quando a região fazia parte da cidade de Juquery (já Mairiporã à época), tornando-se distrito de Franco da Rocha em 1934 e, dez anos depois, emancipando-se de Mairiporã e tornando-se a cidade de Franco da Rocha.

Para compreender como Franco da Rocha está inserida na metrópole de São Paulo é possível estabelecer um esquema de análise inspirado na pesquisa de Iná Rosa<sup>11</sup> e nos dados de equipamentos urbanos na cidade nos últimos anos.

---

<sup>10</sup> “Há de haber algo putrefacto en la médula misma de un sistema social que aumenta su opulencia sin reducir su miseria, y aumenta en crímenes aún más rápidamente que en números”. MARX Karl, 2010, P. 39.

<sup>11</sup> ROSA, Iná. *A cidade sendo redesenhada pelos vazios: Franco da Rocha nas terras de Juquery*. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, 2005. O trabalho de Iná Rosa é um dos poucos que trata de Franco da Rocha tendo o hospital como central para a constituição do município, mas sem autonomizá-lo. Iná Rosa estuda o hospital considerando seu entorno, inclusive a capital paulista e as cidades vizinhas.

----- 1º Período – Cidade de Juquery -----

Séc. XVII até 1888

- Juquery – rio do espinho que dorme. Mimosa sensitiva, dormideira.
- 1807 – Primeiras escrituras de terras / Colonização
- 1867 - Construção da Estrada de Ferro Santos - Jundiá (EFSJ) - antiga Railway Company (SPR).
- Revolução Industrial e reprodução ampliada do capital.
- 1888 - Inauguração da Estação de trem Juquery.
- 1896 – Empresa Camboja & Sestini instala-se para busca de ouro no bairro da Pedreira, hoje 4º Colônia. (Converte-se em extração de pedra).

----- 2º Período – Cidade do Hospital -----

1895 – 1970

- 1898 - Construção do Hospital Psiquiátrico do Juquery.
- 1917 - Camboja & Sestini para extração de pedra fecha as portas. Estado compra as terras para ampliar o hospital.
- Heterotopia / Internação / Sujeição e disciplina para o trabalho.
- 1934 - Passou a Distrito de Paz de Juquery
- Instalação de equipamentos públicos.
- 1967/68 Represa Paiva Castro – fornece água para a cidade de São Paulo.

----- 3º Período – Hospital da Cidade -----

1970 – 1997<sup>12</sup>

- 1933 - Franco da Rocha - Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico "Professor André Teixeira Lima" I (M e F).
- 1944 - Franco da Rocha passa à categoria de município com área territorial de 277km<sup>2</sup>, desmembrando-se do Município de Juqueri, atual Mairiporã. Caieiras e Francisco Morato tornaram-se distrito de paz de Franco da Rocha e, no final da década de 1950 e início de 1960, se emanciparam constituindo outros municípios.
- 1993 – Criação do Parque Estadual do Juquery.
- Desvio do ribeirão Euzébio – 1997
- Início da construção do Rodoanel – 1997

---

<sup>12</sup> Aqui começamos a desviar a análise de Iná Rosa. Na pesquisa da arquiteta o período chamado de Hospital da Cidade compreende os anos de 1970 até 2005.

----- 4º Período – Cidade na Metrópole -----

1997 - em diante

- Concessão de terras a SAP e inauguração de FEBENS (hoje fundação CASA).
- 1997 – Inauguração: Franco da Rocha – Centro de Progressão Penitenciária
- 1998 – Inauguração: Penitenciária I e II
- 2002 – Inauguração: Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico II
- 2002 – Inauguração do Rodoanel Mario Covas trecho oeste – que amplia o acesso para Franco da Rocha, Caieiras e Francisco Morato.
- 2003 – Inauguração: Penitenciária III
- 2004 – Inauguração: Centro de Detenção Provisória Feminino
- Inauguração das FUNDAÇÕES CASA

## 2.2 Franco da Rocha: cidade punitiva e urbanização crítica

Se tivéssemos que escolher um período histórico teria que dizer que estamos focados na década de 1990 até o início dos anos 2000. A separação em momentos acima tenta fazer um caminho lógico e histórico para dizer que, mesmo tendo as duas últimas décadas como foco (isso por conta da quantidade de presídios construídos nesse período), ainda assim é o processo que nos interessa, é o caminho percorrido para esse fenômeno, suas contradições, suas presenças e ausências.

O trabalho de Iná Rosa é um dos poucos existentes sobre o urbano em Franco da Rocha. Esse trabalho, sendo apresentado como tese de doutorado para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, aborda a formação da cidade de Franco de Rocha a partir do parcelamento das terras da antiga fazenda Juquery através de doação, transferência ou concessão de uso. A autora, ao analisar Franco da Rocha, divide sua história em dois momentos: cidade do hospital – 1895 a 1970 e hospital da cidade – de 1970 a 2005. O segundo momento apontado em sua tese trata de quando o hospital psiquiátrico Juquery perde a centralidade e passa a se tornar um hospital que atende diversas especialidades médicas e reduz drasticamente a internação para tratamento psiquiátrico, passando a ser chamado de Complexo Hospitalar do Juquery. Esse momento também é entendido pela autora como constituição de cidade dormitório<sup>13</sup> devido a um processo de migração intrametropolitana.

<sup>13</sup> Cidade dormitório é um conceito comumente utilizado para definir uma cidade onde os habitantes devem sair pela manhã de suas cidades para ir até outra cidade por conta de emprego, estudo ou qualquer outro motivo, caracterizando ainda o que alguns geógrafos chamam de *migração pendular*. Esse movimento de ida e vinda da

Segundo Iná Rosa, a urbanização de Franco da Rocha também aparece na construção de novos equipamentos urbanos: Parque Estadual do Juquery (1993); desvio do ribeirão Euzébio (1997); chegada da obra viária Rodoanel Mario Covas, trecho oeste (2002) – todos esses comentados pela autora. Há dois desvios que precisamos estabelecer para compreender o sistema prisional em Franco. O primeiro é em relação à obra de Iná Rosa. No segundo momento histórico trabalhado pela autora (hospital da cidade – de 1970 a 2005) reduzi o período histórico em oito anos, para 1997. Isso porque o próprio Centro de Progressão Penitenciária– inaugurado em 1997 – já é resultado da perda de importância do hospital psiquiátrico e concessão de terras do hospital para outros equipamentos urbanos. É a inauguração do CPP que marca o início da expansão do sistema prisional em Franco. O segundo desvio se dá com o fenômeno de instalação de todo um aparato de punição e controle que foi realizado em Franco da Rocha. O quarto período, que tem como marco a inauguração do CPP, também pode ser chamado de instauração de uma “cidade punitiva”<sup>14</sup>. No período analisado (1997 até os dias de hoje) foram nove instituições de prisão – entre CPP, CDP, Penitenciária e Hospital de Custódia – e cinco instituições de medida socioeducativa – antigas FEBEM, hoje Fundação CASA<sup>15</sup>. Assim, a própria concessão de terras da fazenda Juquery (em grande parte ocupada pelo antigo hospital psiquiátrico) à SAP faz parte desse aparato urbano de punição.

A produção do espaço e a urbanização crítica da metrópole de São Paulo transformaram Franco da Rocha numa cidade rodeada por prisões. Nas minhas primeiras investigações imaginei a metrópole como uma grande fábrica, nas quais cada cidade possuía uma função específica. O produto final da fábrica? Miséria em várias facetas: prisão, dívida e morte como uma tríade generalizante. Também se produz trabalho, mais valia e crise. Mercadorias evidentemente!

---

cidade de Franco da Rocha para, na maior parte dos casos, São Paulo pode ser confirmado no movimento das linhas de trem da CPTM e ônibus intermunicipais de Franco. Em conversas com moradores e ex-moradores de Franco também foi possível atestar esse movimento, alguns até utilizaram o conceito de cidade dormitório literalmente. Entretanto, isso também caracteriza um elemento de ritmo-análise, segundo a teoria lefebvriana.

<sup>14</sup> Em sua obra Foucault estabelece uma divergência entre cidade punitiva ou instituição coercitiva. Para a cidade punitiva: “funcionamento do poder penal repartido em todo o espaço social; presente em toda parte como cena, espetáculo, sinal, discurso”. Para a instituição coercitiva: “um funcionamento compacto do poder de punir: ocupação meticulosa do corpo e do tempo do culpado.” (FOUCAULT. Michel. Op. Cit. Pág. 129). Essa divergência na obra de Foucault trata da passagem do suplício à prisão – século XIX ao XX para o ocidente. Nessa pesquisa, bem como em outras da sociologia punitiva, utilizaremos o termo para designar uma cidade que é planejada e programada para punir de forma institucional.

<sup>15</sup> A diferença entre o sistema penitenciário e a fundação CASA se dá, em primeira instância, pela idade do infrator no momento do crime. O menor adolescente, de 12 a 18 anos de idade, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente possui formas distintas de punições, chamadas de medidas socioeducativas. Dentre as medidas socioeducativas, a internação, objeto da Fundação CASA, é uma delas. Por isso nessa pesquisa veremos tanto a internação na CASA quanto o sistema penitenciário como instituições que aprisionam.

Caminhei nessa direção durante meses da pesquisa. Revisitando a obra de Marx e Engels, *A Ideologia Alemã*<sup>16</sup>, podemos perceber como a divisão do trabalho invade a cidade e dialetiza a relação cidade/campo. Sendo o modo de produção capitalista baseado, sobretudo, na exploração do trabalho e na obtenção da mais valia. Na obra *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels aproximam o conceito de divisão do trabalho expandindo seus limites do processo fabril propriamente dito ao aprofundamento da relação cidade-campo:

Com a cidade surge, ao mesmo tempo, a necessidade de administração, da polícia, dos impostos, etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunitária e, desse modo, da política em geral. Aqui se mostra, pela primeira vez, a divisão da população em duas grandes classes, que se baseiam diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. (MARX & ENGELS, 2007:52).

É possível que o termo cidade dormitório encontre, na divisão do trabalho, a raiz de sua explicação. É dormitório em relação a um conjunto mais amplo, mais complexo e certamente dependente. Há dois pontos que podemos observar sobre os presídios em Franco e a relação com a metrópole de São Paulo.

Em primeiro lugar, são raros os presos nascidos em Franco. Como disse anteriormente uma pessoa condenada há cinco anos – pena das mais brandas que encontrei ao longo desses anos – nunca cumpre todo o tempo no mesmo presídio. Em Franco da Rocha encontrei pessoas do interior de São Paulo, do interior de Minas Gerais, da Bahia e alguns da capital. Muitos das cidades da metrópole, como Carapicuíba, Barueri, Francisco Morato. Raros os que são francorochenses. Essa característica acaba levando em longas viagens, em mudanças para Franco e de uma centralidade que os presídios possuem na cidade. Esse elemento complexifica a divisão do trabalho, ou mesmo a definição da cidade como dormitório.

Em segundo lugar a divisão do trabalho e a definição de cidade dormitório apareceram ao longo da pesquisa como definições demasiadas estáticas. Elemento de análise de via de mão única. Não vê que o dormitório diante da complexidade das relações capitalistas nunca será somente dormitório, mesmo que consideremos o termo generalizante, precisaremos de um cotidiano para compreender como essa generalização se efetua. Ao longo de minhas idas,

---

<sup>16</sup> MARX, Karl. *A ideologia Alemã*. Boitempo: São Paulo, 2007.

conversas com moradores, ex-moradores e funcionários da SAP percebi que o cotidiano em Franco possui diversos elementos dos quais mesmo os presídios podem passar despercebidos. Ai surge como possibilidade a ritmo-análise<sup>17</sup> e a urbanização crítica.

A cidade de Franco está inserida no ritmo da metrópole e possui como característica ser uma cidade punitiva. Punitiva não porque está na metrópole, mas sim porque compreende em seu espaço um ritmo específico do qual as outras cidades não experimentam. É relação de consonância e dissonância simultânea à metrópole. É a repetição e a diferença em medidas diferentes das outras cidades, a interação entre um lugar, um tempo e um gasto de energia (LEFEBVRE, 2007). É reconhecer que Franco da Rocha está na metrópole, e, portanto, possui determinações históricas e objetivas em relação à metrópole, mas sua presença não pode ser resumida a um apêndice desta, ou a uma função passiva. Como diz Lefebvre (Ibid., P31) “Otros sectores tienen entonces sus ritmos propios y específicos: aquellos de la ciudad y lo urbano, por ejemplo, o el transporte”.

Como “necessidad y deseo, sueño y vigilia, trabajo y reposo son ritmos en interacción” (Ibid., P. 21) o ritmo é a dialética fragmentada em milhares de pedaços e mantendo-se no fio do tempo e do espaço. Só é possível compreender a realidade se compreendermos o ritmo desse fragmento. Dessa maneira, o ritmo também está atrelado a um determinado tempo histórico. O ritmoanalista deve “escuchar a una casa, una calle, una ciudad, como una audiencia escucha una sinfonía” (Ibid., P. 18). Escutar o silêncio, que é o som dos presídios, em especial os masculinos. Por fim,

Ritmo reúne los aspectos cuantitativos y los elementos que marcan el tiempo y distinguir los momentos en que - y los aspectos cualitativos y los elementos que los unen - encuentran las unidades y el resultado de las mismas. LEFEBVRE, P. 11, 2007.

Franco da Rocha hoje é um município localizado na zona noroeste da metrópole de São Paulo. Possui atualmente 152.433 pessoas numa área de 133,9 km<sup>2</sup>. Faz parte da sub-região norte do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (PDUI). A RMSP foi institucionalizada em 1967, primeiramente pelo governo do Estado de São Paulo, pelo decreto Estadual nº 47.863/67, e em 1973, pelo governo federal, por meio da Lei

<sup>17</sup> LEFEBVRE, Henri. Ritmo-análisis. Espacio, tiempo y vida cotidiana. Continuum, 2004.

Complementar nº 14/73, que institui as Regiões Metropolitanas Nacionais, entre elas a de São Paulo, e a Lei nº 27/75 que estabeleceu os serviços de interesses comuns. Em 1974 a RMSP foi composta por 39 municípios, abrangendo realidades distintas tanto do ponto de vista econômico, como de ocupação do território. Esses dados são formalidades sobre o urbano e a metrópole e serviram de contraponto à forma como compreendo a inserção de Franco da Rocha na metrópole.

Franco da Rocha, desde a constituição do núcleo urbano, tem como referências a construção da parada de trem em 1888 e o período de compra das terras da Fazenda Juquery com o início das obras da instituição psiquiátrica, em 1895. Inclui ainda, sua emancipação política como município em 1944, a construção da Represa Eng. Paulo de Paiva Castro em 1967-68, até a sua passagem à cidade-dormitório na década de 1970, com a migração intrametropolitana.” ROSA, P. 72, 2005

Cidade punitiva, um ritmo específico (pois um ritmo sempre é específico) e parte da urbanização crítica. Essas são as formas como Franco da Rocha e os presídios em Franco apareceram na pesquisa. A produção do espaço, a urbanização crítica e a metrópole se unem através da prisão. O ritmo que tratamos aqui não é somente o ritmo de uma cidade, mas o ritmo de um processo: o de metropolização dos presídios na grande São Paulo. Há algo que se esconde nesse processo, pois, além do caos instaurado no sistema carcerário, a cidade de São Paulo também começa a se refuncionalizar, a se metamorfosear. Como causadoras de queda na valorização imobiliária, as prisões são afastadas da cidade de São Paulo, sendo direcionadas a outros municípios da metrópole paulistana ou ao interior. Essa expansão e extensão do sistema carcerário paulista causou, entre 1997 e 2006, a construção de 101 unidades prisionais em 67 municípios distintos do Estado (ZOMIGHANI JR, 2009:215), das quais nove estão localizados em Franco da Rocha.

A prisão pode ser vista como privação do tempo em um determinado espaço: no espaço do presídio, no espaço da cela - onde é retirado o tempo do indivíduo como é retirado o tempo do trabalho - no espaço da cidade e da metrópole como mercadorias<sup>18</sup>, que inserem o presídio negando-o, expulsando-o sem o eliminar, escondendo-o, mas deixando sua sombra, buscando no

---

<sup>18</sup> “A cidade, objeto de uso herdado do passado, é transformada em objeto de troca e de consumo, do mesmo modo que as “coisas” negociáveis.” (DAMIANI, 2004).

capitalismo uma possibilidade crítica de acumulação. O presídio assume duas estratégias para a população negra e pobre: formar e forçar a lógica do trabalho abstrato e controlar os corpos daqueles que o processo de urbanização não pode controlar. Isso porque o presídio é responsável por absorver uma parte da população que, quando encontra trabalho formal, é porque está presa.

A prisão possui uma relação necessária à formação do mundo moderno e, principalmente, à formação das grandes cidades. Logo, a metrópole de São Paulo está intimamente ligada com a construção e operação de presídios, e parece necessário à ciência geográfica explorar quais são as formas, pormenores e contradições dessa relação expressa no espaço. Uma dessas expressões se dá em como a capital incentiva a construção de presídios em sua periferia, ou seja, nas cidades mais afastadas da metrópole. O sistema prisional serve para Franco da Rocha como um elemento de urbanização, como uma produção de um ritmo específico, também como um elemento de sua inserção na metrópole. Assim a metrópole chega a Franco da Rocha não como uma lei da década de 70, mas sim com uma prática do início dos anos 2000.

O sistema prisional paulista opera a partir da pena privativa do tempo e do espaço, controle dos corpos e organização da sociedade.

O novo poder de punir não se concentra em uma sanção negativa, mas visa para além da punição da infração (...) transformar o indivíduo (...) recodificar seus comportamentos, transformar seus ideais. (...) A penitenciária terá um efeito social global: o alcance de sua ação se fará sobre o conjunto da população transformando seus costumes e sua moralidade. A Casa de Correção é o espelho invertido da sociedade nova. (MOTTA, 2011:175).

Junto ao sistema prisional a produção do espaço na metrópole de São Paulo tem como fundamento o conceito de urbanização crítica (DAMIANI, 2004). Os presídios e o encarceramento em massa refletem essa sociedade a ponto de ser um elemento da crise do trabalho, e, sobretudo, um elemento da própria urbanização crítica. Como define a autora:

O mundo das massas despossuídas é a urbanização crítica. O mundo de uma economia que se realiza criticamente é a urbanização crítica. O urbano como centralidade de culturas, festas, desejos, encontros, necessidades, que é negado, é a urbanização crítica. O mundo do dinheiro, da equivalência, que nos

seus fundamentos e subterrâneos, move-se como relações de não equivalência, de exploração do trabalho, de expropriação de meios de vida e de produção, de embate entre as formas do dinheiro – a do dinheiro como medida de valor e como meio de circulação, sintetizadas na forma dinheiro como capital – é a urbanização crítica. A tábua rasa da história, o seu varrer, a produção da obsolescência precoce dos produtos vários, incluindo a cidade, para afirmar novos produtos, é a urbanização crítica. (DAMIANI, 2004: 39).

Por fim esses processos não correm soltos das especificidades da produção capitalista ou das suas particularidades históricas. O capitalismo possui como substância o trabalho e como desenvolveu Marx em *O Capital* a medida de grandeza do trabalho é o tempo. É o tempo da realidade trágica, do sacrifício, da violência, da explosão, é o tempo da metrópole, é o tempo do trabalho.

O aprisionamento do tempo e do espaço como forma de penitência no mundo moderno está em consonância com o próprio processo de modernização capitalista do Brasil. Assim o capitalismo transforma parte da população de homens, negros<sup>19</sup> e pobres em uma massa capaz de receber a descarga violenta da produção do espaço no Brasil, na metrópole paulista e na cidade de Franco da Rocha.

#### 4. Referências

##### Livro/Book:

ALEXANDER, M. *A Nova Segregação: Racismo e Encarceramento em Massa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Rio de Janeiro: Difel, 2018

FOUCAULT, Michel. *A sociedade punitiva*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

\_\_\_\_\_. *De outros Espaços*, Conferência proferida no Cercle d'Études em 1967, publicado em 1984.

\_\_\_\_\_. *História da Loucura*. Primeira Parte, Capítulo 2 – A Grande Internação. São Paulo, Editora Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder, O olho do poder*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2015

<sup>19</sup> Segundo o Mapa do Encarceramento produzido pela Secretaria Geral da Presidência da República (2015), em 2012, 93,8% da população carcerária era composta por homens, enquanto 60,8% da população carcerária era composta por negros.

- \_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.
- GODOI, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 17ª Edição, 2008.
- HERZER, Anderson. *A Queda para o Alto*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- LEFEBVRE, Henri. *A Produção do Espaço*. Trad. Grupo “As (im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”. UFMG, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Ritmo-análisis. Espacio, tiempo y vida cotidiana*. Continuum, 2004
- \_\_\_\_\_. *Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- MARX, Karl. *Elogio Del Crime*. Madrid: Sequitur, 2010.
- \_\_\_\_\_. *O Capital – Crítica da Economia Política*. 5 Volumes. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Série “Os Economistas”).
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MOTTA, Manoel Barros da. *Crítica da Razão Punitiva: Nascimento da Prisão no Brasil*. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2011.
- PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- RUSCHE, Georg.; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- SALLA, Fernando. *As Prisões em São Paulo: 1822 – 1940*. São Paulo: Editora Annablume; FAPESP; 2006.
- WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

#### Capítulo de Livro/ Book chapter:

- DAMIANI, Amélia Luisa. *Urbanização Crítica e Situação Geográfica a partir da Metrópole de São Paulo*. In.: CARLOS, A.F.A. & OLIVEIRA, A.U. Orgs. *Geografias de São Paulo: Representação e crise da Metrópole*. São Paulo: Contexto. 2004. P. 19-58.
- PETRONE, Pasquale. *A cidade de São Paulo no século XX*. In: *Evolução Urbana de São Paulo*. São Paulo: V Coleção da Revista de História, 1955.
- \_\_\_\_\_. *A vida urbana paulista*. In: São Paulo, Espírito Povo Instituições. São Paulo: Livraria Pioneira Editôra, 1968.
- SILVA, Armando Correa da. *A metrópole e as razões da razão técnica*. In: São Paulo: GEOUSP, Número 5, 1999.



**Instituição pública/Public institution**

INFOPEN – Relatório analíticos e sintéticos entre 2005 e 2016.

Lei Complementar nº 207, de 05 de janeiro de 1979, estabelece o Regime Especial de Trabalho Policial para os Agentes Penitenciários.

Nota Pública Contra a Privatização dos Presídios da Frente pelo Desencarceramento de SP. Publicada em 03/05/2019.

Pastoral Carcerária - Hospitais-Prisão: Notas sobre os manicômios judiciários de São Paulo. 2018

**Periódico/Journal:**

HARVEY, David. *O espaço como palavra-chave*. In: Revista GEOgraphia, Vol. 14, N. 28, 2012.

**Tese, dissertação e monografia/Thesis, dissertation and monograph:**

ROSA, Iná. *A cidade sendo redesenhada pelos vazios: Franco da Rocha nas terras de Juquery*. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, 2005.

SILVA, Armando Correa da. *A metrópole ampliada e o bairro metropolitano*. Tese (Livre docência) Universidade de São Paulo, 1982.

ZOMIGHANI JR. James Humberto. *Desigualdades espaciais e prisões na era da globalização neoliberal: Fundamentos da Insegurança no atual período*. USP – São Paulo, 2013.

**Anais/Acta:**

CESCON Flávia R. P. & BAENINGER, Rosana. *Cidades carcerárias: Migração e presídios em regiões de São Paulo*. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 17, 2010, Caxambu. Anais. Belo Horizonte, ABEP, 2010.